



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



# ***ORGANIZAÇÃO E GESTÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO***

***RELATÓRIO ANUAL***

***2011***

## I. INTRODUÇÃO

A diversidade de públicos educativos e a necessidade de melhorar e enquadrar a oferta da ação inspetiva para garantir o sucesso dos alunos, levou, entre outras medidas, à flexibilização de respostas, adequando-as à especificidade do contexto em presença, ao nível da escola, da turma, ou do aluno.

Em consequência dos processos de desenvolvimento e de gestão do currículo, do ensino, da aprendizagem e da avaliação dos alunos, são esperados resultados que também se podem constituir como medida da qualidade do trabalho desenvolvido pela escola.

Daqui decorre um pressuposto organizacional consubstanciado num conjunto de instrumentos – projeto educativo da unidade orgânica, projeto curricular da escola e projeto curricular da turma.

A elaboração e implementação destes documentos envolvem a tomada de decisões – ao nível da coordenação pedagógica, da coordenação da turma e da articulação curricular, – pelos órgãos de administração e gestão, particularmente o conselho pedagógico, e pelas estruturas, quer de gestão intermédia, o conselho de núcleo, quer de orientação educativa, departamentos curriculares, conselho de turma, conselho de diretores de turma, coordenação de ano, ciclo ou curso, serviço especializado de apoio educativo, entre outras.

As estruturas, de gestão intermédia e de orientação educativa, devem produzir ainda outros instrumentos de planeamento: planificações anuais; adequação do currículo aos interesses e necessidades específicos dos alunos; elaboração de medidas de reforço das didáticas específicas das disciplinas; avaliação por referência aos critérios estabelecidos, na especificidade de cada turma; matrizes de exames, quando for o caso; instrumentos de registo – atas ou ordens de serviço, de que constem aquelas opções de flexibilização curricular. Estas traduzem-se em intenções próprias – prioridades, níveis de aprofundamento ou sequências adequadas dos conteúdos programáticos – tomadas com o fim último de melhorar o sucesso educativo dos alunos.

A execução do processo de ensino e aprendizagem – consubstanciada nos documentos estruturantes da escola, nas decisões dos órgãos de gestão e administração e nas estruturas de gestão intermédia e de orientação educativa – cabe aos docentes cuja atividade letiva deverá ser o resultado do trabalho organizativo desta rede de intervenientes.

A atividade *Organização e Gestão Curricular do Ensino Básico* parte da organização pedagógica das unidades orgânicas e segue o percurso até à sala de aula, pois todo o trabalho desenvolvido a montante tem por finalidade a otimização da prática letiva, visível, em última instância, no sucesso escolar do seu público educativo.

## I. 1 Objetivos da ação

- Contribuir para um processo de mudança sistemático e contínuo de atitudes e metodologias;
- Reforçar a coordenação pedagógica e curricular entre os órgãos de administração e gestão, particularmente o conselho pedagógico, as estruturas de gestão intermédia – o conselho de núcleo em escolas com 1.º ciclo – e as de orientação educativa;
- Promover uma cultura de autoavaliação;
- Fomentar uma reflexão crítica permanente nos órgãos e nas estruturas pedagógicas da escola sobre o seu desempenho e resultados;
- Conhecer as implicações da avaliação da gestão curricular;
- Verificar a adequação do currículo ao contexto da unidade orgânica;
- Analisar em contexto de sala de aula a consecução do proposto no Projeto Curricular de Turma (PCT);
- Apoiar os professores na reflexão sobre as soluções para a otimização da sua prática letiva;
- Observar a função reguladora da avaliação no processo de desenvolvimento de competências;
- Verificar as medidas decorrentes da avaliação da qualidade do sucesso;
- Facilitar o aperfeiçoamento da organização pedagógica da unidade orgânica no processo educativo dos anos subsequentes à intervenção.

## I. 2 Intervenções realizadas

Ano de 2011	Fases de intervenção
EBI da Horta	1.ª fase
EBI Canto da Maia	1.ª fase
EBS da Graciosa	1.ª fase
EBI Roberto Ivens	2.ª fase (concretizadas as primeiras
EBS da Calheta	2.ª fase fases em 2010)

### I. 3 Razões da escolha da intervenção

EBI da Horta	Conclusão de cobertura do Faial, após a auditoria já concretizada na ES Manuel de Arriaga – programa que antecedeu a presente intervenção inspetiva.
EBI Canto da Maia	Continuação do programa de cobertura de Ponta Delgada, depois da ES das Laranjeiras, onde foi realizada uma auditoria, ES Domingos Rebelo e EBI Roberto Ivens.
EBS da Graciosa	Cobertura da única unidade orgânica da ilha.

Embora faltassem apenas sete unidades orgânicas para a Inspeção de Educação cobrir todas as unidades orgânicas da região com esta ação, optou-se também por concretizá-las nestas primeiramente, pois houve mudanças de conselhos executivos nas duas últimas e perspectivava-se a integração do conservatório naquela.

### I. 4 Intervenção e equipas inspetivas

1.<sup>a</sup> Fase:

- 1.<sup>o</sup> momento: diversas equipas da unidade orgânica autoavaliaram-na, no que respeita à organização/concretização dos documentos fundamentais e ao funcionamento dos instrumentos de planeamento das diversas estruturas de gestão intermédia e de orientação educativa, segundo guião fornecido pela equipa de dois inspetores, certificando e validando estes a autoavaliação realizada;
- 2.<sup>o</sup> momento: equipa de quatro inspetores, subdividida em dois grupos; um acompanhado pelo presidente do conselho executivo, pelo coordenador de departamento e/ou pelo diretor de turma; o outro pelo vice-presidente daquele órgão, pelo coordenador de núcleo e/ou de departamento, observaram a prática letiva em aulas escolhidas pelo estabelecimento de ensino, respetivamente no 2.<sup>o</sup>/3.<sup>o</sup> ciclo e 1.<sup>o</sup> ciclo;

2.<sup>a</sup> Fase: dois inspetores foram observar documentalmente a execução do Plano de Melhoria elaborado pelas unidades orgânicas intervencionadas no ano letivo anterior, no final da 1.<sup>a</sup> fase de intervenção.

### I. 5 Anos de escolaridade observados

2011	2.º e 4.º anos do 1.º ciclo 5.º ano do 2.º ciclo 7.º ano do 3.º ciclo
------	---

### I. 6 Disciplinas observadas

2011	Língua Portuguesa Matemática	2.º, 4.º, 5.º e 7.º 2.º, 4.º, 5.º e 7.º
------	---------------------------------	--

## II. Incidência da autoavaliação

- PEE
- PCE
- PCT
- Conselho Executivo
- Conselho Pedagógico
- Departamentos
- Conselho de Turma
- Prática Letiva

### II. 1 Áreas de Melhoria

No quadro que se segue, apresentam-se as áreas de melhoria mais referenciadas pelas escolas intervencionadas durante a 1.ª fase da atividade, face aos indicadores em presença, relativamente a cada um dos aspetos em análise: documentos estruturantes, órgãos de gestão e estruturas de gestão intermédia:

Aspetos de análise	Indicadores	Áreas de melhoria
<p>Projeto Educativo Em duas UO o PEE estava em reformulação. Na outra, encontrava-se desajustado da realidade. Assim, as UO perspetivaram o conteúdo de um novo documento.</p>	Contexto e identidade da prática educativa	Caracterização rigorosa do(s) tipo(s) de aluno(s) que a escola serve.
	Objetivos educativos	Responder às necessidades/carências apresentadas por aquele(s).
	Recursos educativos	Identificar os recursos educativos existentes para concretizar os objetivos propostos. Criar um código de conduta a cumprir por toda a comunidade escolar.
	Estratégias para a ação educativa	Envolvimento da comunidade educativa. Correta utilização da língua portuguesa.

	Formas de avaliação	Estruturando metas de avaliação, realizar um estudo comparativo através de inquéritos.
<b>Projeto Curricular de Escola</b> (Distribuição da carga letiva, critérios de formação de turmas, indicadores considerados completos).	Critérios de distribuição do serviço letivo	Formalizar os critérios que a escola já aplica.
	Definição do perfil do diretor de turma	Formalizar os critérios em vigor, importando-os de outros documentos da UO.
	Critérios e orientações para ACND	Importar de ata do conselho pedagógico.
	Orientações sobre as articulações das competências gerais/conteúdos e vertical e horizontal	Conselho pedagógico: promover uma reflexão sobre as articulações e elaborar um documento com as respetivas orientações, para ser concretizado pelos departamentos.
	Orientações para o AE e para os alunos com NEE, a serem concretizadas no PAE	Importar do Projeto do Apoio Educativo.
	Atividades, objetivos e regime de funcionamento aprovados	Precisão dos objetivos, do regime de funcionamento e das metas de realização das atividades de enriquecimento curricular a desenvolver.
	Critérios gerais de avaliação para todas as disciplinas/ano de escolaridade	Importação deste indicador de outros documentos onde ele está considerado.
	Planificação da ação educativa de acordo com os pontos de partida dos alunos	Trabalho mais concertado no CT. Formalizar nas planificações a operacionalização dos conteúdos de acordo com a caracterização dos alunos.

<p>Projeto Curricular de Turma (Diagnóstico da turma, identificação de diferentes ritmos de aprendizagem e das nee, indicadores considerados completos).</p>	Reajuste da planificação	Formalizar os reajustes das planificações de acordo com os ritmos de aprendizagem dos alunos.
	Níveis de aprofundamento e sequências adequadas à especificidade de cada grupo	Especificar na planificação a operacionalização/diferenciação pedagógica, atendendo aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos.
	Adaptação de critérios de avaliação às características específicas da turma	Especificar em Conselho de Turma e no Projeto Curricular de Turma os critérios de avaliação a reformular/aplicar aos alunos face aos diferentes ritmos de aprendizagem identificados. Ter em conta a avaliação por ciclo.
	Garantia do carácter globalizante e integrador na avaliação dos alunos	Avaliação pela positiva, como forma de incentivo às aprendizagens.
	Articulação entre o professor da área curricular disciplinar e o do apoio educativo/núcleo de educação especial	Formalização dos momentos de encontro entre os vários intervenientes na turma. Equacionar o apoio em sala de aula.
	Definição em conselho de turma de critérios de atuação comum com os alunos	Regras deverão ser criadas e cumpridas por todos, sem exceção. Aplicação das mesmas medidas por todos os docentes.
	Definição de modos de trabalho em equipa (conselho de núcleo/turma)	Equacionar novos modos de trabalho em equipa; racionalizar e rentabilizar.
	Planificações	Aprovação das planificações gerais.



<b>Conselho Pedagógico</b> (Critérios de avaliação e apoio educativo, indicadores considerados completos).	Modalidades especiais de educação escolar	Aprovação das planificações (OP, cursos profissionais). Justificar as decisões relativas a este tipo de modalidades.
	Avaliação e acompanhamento da execução das suas deliberações e recomendações	Criar um instrumento/grelha para avaliar e acompanhar a execução das deliberações e recomendações.
<b>Departamento</b> (Articulação curricular, propostas de diversificação curricular em função das necessidades dos alunos, propostas para a melhoria do rendimento escolar dos alunos, indicadores considerados completos).	Planificação anual do trabalho do departamento	Planificação no início de cada ano escolar do trabalho a executar.
	Reflexão sobre a adequação dos planos curriculares à realidade da UO	Reflexão e decisão sobre a adequação dos planos curriculares à realidade da UO, no enquadramento do PEE e PCE.
	Indicação das medidas de reforço das didáticas específicas das disciplinas	Sistematização das medidas de reforço. Elaboração de um plano de operacionalização do apoio letivo suplementar.
	Análise dos resultados escolares dos alunos	Análise dos resultados, tendo em vista a adoção de medidas para a superação do insucesso.

**II. 2 No quadro que se segue, conclusões mais prementes e frequentes da equipa inspetiva sobre a prática letiva de professores do 1.º ciclo. Conclusões apresentadas e debatidas com os professores observados.**

<p>Apresentação</p>	<p>Houve diferenciação pedagógica, na tentativa de responder a todas as necessidades/dificuldades apresentadas.</p> <p>Houve diversificação metodológica, regra geral adequada ao trabalho executado/facilidade de compreensão dos alunos.</p> <p>De um modo geral, a linguagem foi a adequada.</p>
<p>Articulação da atividade</p>	<p>A mobilização de conhecimentos anteriores foi uma dominante.</p> <p>A consolidação de conhecimentos e as novas aquisições deram-se num desenvolvimento natural e correto da aula, com recurso ao diálogo professor/aluno, desenvolvendo a comunicação e o espírito crítico. Neste contexto, é sempre pertinente não só manter, mas também pontualmente reforçar a exigência da utilização rigorosa da língua materna, seja nos aspetos morfológicos, seja nos sintáticos.</p>
<p>Sistematização</p>	<p>A sistematização das aprendizagens, com prevalência de reforço, foi suportada por fichas fotocopiadas, caderno diário, manual mais manual de fichas de trabalho, quadro-preto, computador com projeção.</p> <p>A sistematização das aprendizagens passa pela aplicação dos conhecimentos a novas situações e não apenas em repetição de atividades propostas.</p>
<p>Interação professor/aluno</p>	<p>Foi observada empatia dos alunos com os seus professores, assim como entre alunos, em coesão do grupo.</p> <p>De um modo geral, foi manifesta a motivação dos alunos, estando presente a valorização do esforço dos alunos através de expressões como “muito bem”, fator que, numa ou noutra situação, é ainda merecedor de reforço.</p>

<p>Trabalho de casa</p>	<p>No que concerne ao trabalho de casa, a observação realizada evidenciou que aquele incidiu sobretudo na recuperação e no reforço/sistematização de aprendizagens efetuadas. O TPC foi comum a todos os alunos e não diversificado.</p>
<p>Verificação das aprendizagens</p>	<p>A correção do TPC, com recurso a diversas estratégias, permitiu o acompanhamento das aquisições dos alunos.</p> <p>Realização de fichas e exercícios em grupo e individualmente.</p> <p>Num caso, é de relevar a prática docente de estabelecer tarefas para os alunos/grupos com ritmo diferenciado de realização.</p>
<p>Transmissão da informação</p>	<p>Esteve presente a indicação dos progressos dos alunos, inclusive como expressão para superar as dificuldades identificadas na turma.</p> <p>A articulação destes procedimentos com a firmeza acolhedora dos docentes constituiu incentivo e fomento às expectativas positivas dos alunos, prática que, por vezes, merece ser tonificada em interação / cooperação docente.</p>
<p>Atenção e trabalho específico com alunos com dificuldades de aprendizagem</p>	<p>Verificou-se a participação do professor de apoio educativo dentro da sala, apresentando-se como mais um recurso a que os alunos recorrem com frequência.</p>
<p>Atenção e trabalho específico com alunos com necessidades educativas especiais</p>	<p>Verificou-se existir trabalho específico com alunos com necessidades educativas especiais pelo professor de apoio, ora desenvolvido na sala de aula, em articulação com a atividade da turma e no decurso de toda a prática letiva da turma, ora com este desenvolvimento circunscrito às áreas das expressões, sendo a partir daqui desenvolvido fora da sala de aula.</p> <p>Num outro caso, observou-se a intervenção do professor do regime educativo especial, fora da sala de aula e em apoio individual. A prática observada não evidenciou a articulação planificada desta intervenção.</p>

**II. 3 No quadro que se segue, conclusões mais prementes e frequentes da equipa inspetiva sobre a prática letiva de professores do 2.º e 3.º ciclos. Conclusões apresentadas e debatidas com os professores observados.**

<p>Apresentação</p>	<p>A diferenciação pedagógica foi incipiente, ora por se estar no início do ano letivo, numa escola, ora pelos professores descorarem essa possibilidade. Todavia, a sua concretização é tanto mais necessária, quanto maior for o desnível entre os grupos existentes, a fim de o docente responder às diversas necessidades/dificuldades dos alunos.</p> <p>Se em alguns casos, e com sucesso, se verificou diversificação de metodologias e estratégias, outros houve que a metodologia foi sempre a mesma e as estratégias pouco variaram. A opção por uma estratégia e metodologia não é discricionária, pressupondo um enquadramento prévio dos grupos em presença, face aos conteúdos já sistematizados/adquiridos, bem como ao estágio de desenvolvimento das competências cognitivas e psicológicas e de uma previsão da facilitação da concretização dos objetivos que se pretendem atingir. Também por isso, é de evitar a persistência nas mesmas.</p> <p>Uma única metodologia e a ausência de estratégias diversas, pelo que foi possível inferir prática quotidiana, é não só redutor, como convida ao alheamento, ao cansaço, à desmotivação e à desmobilização. Na sua autocrítica o docente terá que ter a capacidade para reconhecer isso mesmo.</p> <p>A transversalidade da língua portuguesa, na oralidade bem como na escrita, de uma forma geral, converteu-se na exigência de uma prática correta. Por outro lado, para além do uso adequado da língua materna por todos os professores, exige-se que seja aplicado o máximo rigor na utilização da terminologia específica das diversas disciplinas, o que nem sempre se verificou.</p> <p>Na exposição dos conteúdos, o discurso do professor tem que impor uma linha de raciocínio e um ritmo adequados às possibilidades de acompanhamento dos alunos.</p>
---------------------	---

<p>Articulação da atividade</p>	<p>Em algumas situações, verificou-se uma mobilização de conhecimentos anteriores superficial e pouco assertiva. Perdeu-se a ocasião de fazer a síntese necessária e de evidenciar a implicação/complementaridade dos conteúdos.</p> <p>A exposição dos conteúdos tem que ser ao ritmo e à lógica dos alunos; as questões apresentadas têm que ser esclarecidas de forma evidente; os recursos apresentados têm que ser esgotados, pelo que, em alguns casos, a prática letiva de alguns docentes merece profunda reflexão, pois inviabilizaram a aquisição de novos conhecimentos.</p> <p>De uma forma geral, os docentes foram rigorosos na exigência e na correção do discurso.</p> <p>Verificou-se uma questionação sistemática consequente, em alguns casos, contrastando com outros em que o desenvolvimento da comunicação e do espírito crítico não se deu.</p>
<p>Sistematização</p>	<p>As fichas de trabalho, o caderno diário e o manual foram os instrumentos de registo privilegiados. Os recursos multimédia utilizados foram equilibrados, sendo uma mais valia para a lecionação.</p> <p>A sistematização da aprendizagem passa pela aplicação dos conhecimentos a novas situações e não apenas na repetição das atividades propostas.</p>
<p>Interação professor/aluno</p>	<p>Apesar dos professores terem sido intransigentes no exercício da disciplina, a empatia com e das turmas foi evidente, o que demonstra que os alunos, se bem que inconscientemente, apreciam a existência de regras e de alguém que as faça cumprir com equidade. A indisciplina (sobretudo distração e alheamento da aula), apesar de ter tido pouca expressão, pelo exercício dos professores, parece ser frequente, sendo potenciada, num caso, pela incompreensão da matéria, pela metodologia e estratégias adotadas.</p> <p>Regra geral, os alunos apresentaram motivação.</p> <p>A “arte” de motivar os alunos cabe ao professor, sobretudo nas metodologias e estratégias utilizadas. O professor tem que “ir buscar o aluno onde ele se encontra” e, pela exigência, rigor e enquadramento lógico na possibilidade do aluno, fazê-lo progredir no conhecimento. Aquelas são indicadores fundamentais para despertar o aluno, potenciar a motivação e trazê-lo atento e empenhado.</p> <p>Na presença de diversos subgrupos, é importante mantê-los todos ocupados, a trabalhar, sem tempos mortos, propiciadores de situações de indisciplina.</p> <p>Em alguns casos, verificou-se a valorização do esforço.</p>

<p>Trabalho de casa</p>	<p>Regra geral, os TPC foram a conclusão da realização das fichas iniciadas na aula. Assim, mais do que reforço, sistematização ou recuperação de aprendizagens, constituir-se-iam como consolidação dos conteúdos ministrados. Acontece que, em três situações, poucos alunos realizaram os TPC. Primeiro, o professor tem que verificar do porquê da sua não realização e, segundo, tirar consequências.</p> <p>Verificou-se que um grande número de alunos que não realizou os TPC justificou-se dizendo que não sabia resolver os exercícios. Esta situação, e as dificuldades apresentadas durante as aulas e o alheamento de vários alunos, exigem uma profunda reflexão do conselho de turma e dos grupos disciplinares.</p>
<p>Verificação das aprendizagens</p>	<p>A correção, quer dos TPC, quer de fichas de trabalho realizado na aula, deve ser exaustiva e assertiva, esgotando as situações problema/dúvidas de todos os alunos, o que foi geralmente procurado.</p> <p>Sendo as fichas um recurso muito importante, tem que ser utilizado criteriosamente, a fim de se evitar que sejam redundantes, o que se verificou num caso, e que cansem o aluno, e logo o desmotivem, pelo seu uso excessivo.</p> <p>Diversas grelhas de registo do desempenho do aluno foram apresentadas.</p> <p>Verificaram-se trabalhos de pares e de grupo. Ambos deverão ser constituídos criteriosamente, como estratégia que visa um fim. Aleatoriamente potenciará a distração, a confusão e a não realização do pretendido, como se verificou em duas situações</p>
<p>Transmissão da informação</p>	<p>Foram nomeados os progressos no desempenho de alguns alunos.</p> <p>Porque nem toda a informação transmitida é apreendida pela totalidade dos alunos, justifica-se a prática da avaliação formativa, não só como forma de consciencializar aqueles para as matérias adquiridas e não adquiridas, mas também para fornecer elementos preciosos ao docente sobre o progresso realizado.</p>

Atenção e trabalho específico com alunos com dificuldades de aprendizagem	Situação não observada.
Atenção e trabalho específico com alunos com necessidades educativas especiais	A situação não se verificou. Numa turma, alguns alunos deverão ser reavaliados a fim de se identificar com rigor as suas necessidades, para que o CT possa estudar as melhores metodologias e estratégias a aplicar.

**Observações:**

- Não foi possível concluir que as aulas observadas foram o resultado do trabalho de articulação realizado ao nível do Conselho de Núcleo e/ou do Departamento Curricular.
- A lecionação nem sempre tem em conta a especificidade da turma/aluno, em consequência da não utilização do Projeto Curricular de Turma como instrumento de trabalho do universo turma.
- Exortou-se as escolas a promover a observação/participação de docentes nas aulas uns dos outros, particularmente de colegas do mesmo grupo disciplinar. O desconforto inicial dará lugar à reflexão e a uma rica aprendizagem.

## II. 4 Planos de melhoria

Os dados relativos a este item resultam da informação colhida durante a 2.<sup>a</sup> fase da atividade, sendo, por isso, relativos à observação realizada nas EBS da Calheta e EBI Roberto Ivens:

### II. 4.1 Ações de melhoria prioritárias

<b>Unidade Orgânica</b>	<b>Ações de melhoria consideradas prioritárias</b>
EBS da Calheta	Reformulação: PEE; PCE; PCT; do exercício das competências do CP e dos departamentos curriculares.
EBI Roberto Ivens	Reformulação: PEE; PCE; PCT; do exercício das competências do CP e dos departamentos; promoção da diferenciação pedagógica.

Ambas as UO concretizaram o seu PM, se bem que com algumas lacunas, apresentadas nos respetivos relatórios da verificação. A maior será a incipiente ou mesmo inexistente avaliação interna daquela concretização.



## II. 5 Edifício legislativo/gestão de processos

- O sistema educativo na Região Autónoma dos Açores apresenta, atualmente, uma construção legislativa edificada, assentando nos seguintes pilares fundamentais: Estatuto do Aluno, Estatuto da Carreira Docente e Regulamento da Gestão Administrativa e Pedagógica.
- Este edifício deve consolidar-se e assumir características específicas nas unidades orgânicas, em relação direta com a assunção da autonomia por cada uma delas.
- A diferenciação dos modelos de escola deve refletir-se na sua prática interna, na organização do processo educativo pelos docentes.
- A disciplina/indisciplina nas escolas surge como um aspeto da maior importância, pois dela depende o sucesso escolar dos alunos e, igualmente, um outro aspeto, não menos importante, a satisfação dos docentes, com a possibilidade da realização plena das suas capacidades profissionais.
- A diferenciação pedagógica em sala de aula, deve ir ao encontro, tanto dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, como dos que têm capacidades, também especiais, de aprendizagem e merecem que a escola lhes forneça os meios capazes de as realizar.
- Falamos, pois de gestão de processos, garantidos que estão os meios legislativos para os operacionalizar.
- A gestão de processos deve produzir resultados e esse é o novo desafio que o sistema enfrenta e que se consubstancia na avaliação.

## II. 6 Respostas ao questionário de satisfação (aplicado numa só escola) (de 1 – nada relevante - a 5 - muito relevante)

- Todos os intervenientes foram devidamente esclarecidos dos objetivos, da metodologia e dos instrumentos a concretizar;
- Foram suscitadas questões muito relevantes para a autoavaliação da escola;
- A observação da prática letiva e as considerações posteriores sobre as mesmas, bem como o acompanhamento por um elemento do órgão de gestão e das estruturas intermédias em cada um daqueles momentos foi relevante;
- A possibilidade de cada interlocutor expressar a sua opinião foi totalmente conseguida, potenciando, também por isso, o relacionamento da escola com a IRE;
- A intervenção foi considerada relevante: para melhorar o funcionamento da escola; para otimizar o trabalho dos conselhos pedagógico e executivo;
- A utilidade da observação da prática letiva para o futuro desempenho do professor, bem como a concretização dos procedimentos foi relativamente relevante.

### III Conclusão

A ação OGCEB:

- Possibilita atitudes positivas face à autoavaliação;
- Provoca impacto ao nível da escola;
- Permite a elaboração de Planos de Melhoria realistas envolvendo o necessário número de docentes de forma a serem extraídos dados fidedignos;
- Encara a avaliação como um processo de compreensão do que é a qualidade (ou do que poderia ser), como oposição à simples medição de padrões pré-determinados;
- Possibilita uma abordagem profissional da autoavaliação;
- Fortalece a cultura geral da escola, a cultura da avaliação e a cultura do profissionalismo;
- A utilização de sistemas de autoavaliação pode propiciar a criação dos mecanismos de controlo interno, necessários, porque ajudam a reagir criativa e pró-ativamente aos diversos tipos de situação e desenvolvimento.

Ponta Delgada, 4 de março de 2012

Agostinho Martins

Paulo Pereira